FENAJUFE

# Boletim do Judiciário

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

*Sexta-feira 27 de agosto de 2010 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - 3222.5833*

**Retomada da luta**

# Hoje é dia de parar pelo PCS e contra o congelamento

*Em assembleias realizadas nesta sexta, os servidores do TRE, JT/Barra Funda e da JF/TRE decidiram parar por 24 horas nesta segunda-feira*

Em São Paulo, o Dia Nacional de Luta pelo PCS e contra o congelamento de salário será marcado pela paralisação de 24 horas. A decisão foi aprovada nas assembleias setoriais realizadas nesta sexta-feira, dia 27.

Seguindo orientação aprovada na última reunião da Fenajufe, em todo país também haverá mobilizações como primeira atividade da retomada da luta.



Assembleia estadual em frente ao TRE, em 06/junho

Por ser um ano eleitoral, os servidores consideraram que é preciso intensificar a mobilização no TRE. “Sabemos que essa luta não é fácil, mas só o que pode garantir a vitória é a nossa resistência e determinação. Precisamos avançar na unidade e paralisar o eleitoral e vamos continuar a mobilização e avaliando o avanço do movimento”, disse a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri.

Angélica ressaltou que esse movimento é nacional e que está sendo discutido em todo país. A proposta de antecipar o Dia Nacional de Luta de 2 de setembro para 30 de agosto foi dos servidores de São Paulo, e os outros estados concordaram. “Agora, precisamos avançar na luta. Dia 31 de agosto (terça-feira) é o último dia para o governo enviar a Lei Orçamentária Anual para ser votada pelo Congresso. Seria muito importante que o nosso PCS fosse incluído”, disse. Mas ela lembra também que os PCS anteriores também não tinham previsão orçamentária e através da luta conseguiram aprová-lo através de emenda orçamentária.

## Ônibus sairão às 11h da JT/Barra Funda e JF/TRF

No TRF e JT/Barra Funda, os servidores também mantiveram a proposta aprovada na assembleia geral da categoria de paralisar por 24 horas no dia 30. Também ficou definido que sairá um ônibus às 11h para levar os servidores da JF/TRF e da JT/Barra Funda para reforçar a mobilização no TRE.

“Acreditamos que essa unidade é fundamental. O governo está intransigente e precisamos mostrar que a nossa categoria tem tradição e que já conquistamos três PCS com greve e muita luta e a realidade já mostrou que agora não será diferente”, disse o diretor do Sintrajud Cleber Aguiar.

# Sintrajud entra com notificação para suspender desconto dos dias de greve no TRT-2

O Sintrajud entrou na sexta-feira passada, 27, com notificação junto a Administração do TRT-2 cobrando o pagamento imediato do desconto feito no vencimento do servidor. A Administração tem um prazo de 5 dias para responder.

O Setor de RH disse que “como o Pleno suspendeu os efeitos da portaria, agora é necessário aguardar a decisão do STJ. Enquanto isso não há possibilidade de folha suplementar”.

“A postura adotada pelo TRT-2 ao determinar o corte dos vencimentos do servidor que participou da greve e, ainda, demorar em devolver os valores indevidamente descontados é desrespeitosa, autoritária e antidemocrática. Além de ferir questões importantes como a garantia dos direitos e a segurança jurídica”, avalia Leica Silva..

# Judiciário deve agir como 'poder' e defender autonomia, diz Fenajufe em jornal

*Nota publicada no "Correio" diz ser inaceitável afronta do Executivo à autonomia do Judiciário no caso do PCS-4*

A federação nacional da categoria (Fenajufe) publicou nota na qual critica a resistência do Ministério do Planejamento em incluir a previsão de recursos para o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal no orçamento da União de 2011. Diz ainda que o Judiciário deve agir como um dos três poderes da República e rechaçar a afronta à sua autonomia financeira, que está prevista na Constituição Federal.

O texto foi veiculado como anúncio pago no primeiro caderno da edição do "Correio Braziliense" desta quinta-feira (26). A decisão de publicá-lo saiu da reunião da direção nacional da Fenajufe, realizada na terça-feira (24). É parte do conjunto de iniciativas para tentar forçar o governo do presidente Lula a rever a posição contrária à proposta orçamentária apresentada pelo Supremo Tribunal Federal, que contempla duas parcelas do PCS-4 em 2011.

Abaixo, a íntegra do texto publicado no "Correio Braziliense"

## "Planos de Cargos e Salários: autonomia e independência do Judiciário Federal em jogo"

"O Supremo Tribunal Federal (STF), dentro de suas atribuições e prerrogativas constitucionais, enviou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2009, o projeto de lei 6613 destinado à reestruturação salarial dos servidores do Poder Judiciário, a exemplo do que fizeram os Poderes Executivo e Legislativo e o Tribunal de Contas da União (TCU), cujos servidores já tiveram suas leis aprovadas e implementadas.

O projeto, que deveria ter sido aprovado e implementado já a partir de 2010, está desde dezembro do ano passado com sua tramitação paralisada, sem deliberação conclusiva na Câmara. Um dos motivos dessa demora é o fato de o projeto ter sido enviado ao Congresso após 31 de agosto de 2009, prazo limite, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentária, para que a revisão salarial passasse a vigorar no ano seguinte.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU (Fenajufe) ressalta, no entanto, que, para que o novo Plano de Cargos e Salários começasse a ser implementado a partir de 2011, a previsão orçamentária foi encaminhada pelo STF ao Ministério do Planejamento com antecedência. Dessa forma, entendemos que não faz qualquer sentido a resistência do Ministério do Planejamento em alocar os recursos necessários a sua implementação a partir de janeiro próximo, como solicitou o STF na proposta enviada no final de julho.

Entendemos, ainda, que não cabe ao Poder Executivo, nem tampouco ao ministro do Planejamento, modificar as propostas orçamentárias dos poderes e órgãos com autonomia financeira e orçamentária, como é o caso do Poder Judiciário. Suas funções, em relação a esses poderes e órgãos com autonomia, limitam-se a sistematizar as propostas orçamentárias e a checar quanto aos limites de despesas fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Qualquer outra atitude, que extrapole essas atribuições, caracteriza invasão de competência, afrontando prerrogativas de outro poder, deve ser rechaçada com veemência e é o que têm feito os servidores do Judiciário Federal, com as mobilizações realizadas no último período. No nosso entendimento, o Poder Judiciário não pode e nem deve transigir em relação a essa postura do ministro do Planejamento. Deve se comportar como Poder e exigir que os recursos reservados ao Judiciário, dentro dos limites da LRF, sejam gastos segundo as diretrizes e prioridades deste Poder, que, dentro de sua autonomia, pretende atualizar a remuneração de seus servidores.

Além disso, entendemos que também caracterizam invasão de competência e vício de iniciativa eventuais emendas parlamentares que modifiquem a forma de remuneração dos servidores, como é o caso da emenda propondo a adoção do subsídio para os servidores do Judiciário. Ressaltamos, portanto, ser inconstitucional, por vício de iniciativa, qualquer proposta que modifique a forma de reestruturação, definida pelo Poder Judiciário e aprovada nos fóruns deliberativos da categoria.

### Governo tem mesma postura com revisão salarial do MPU

A Fenajufe também vem atuando intensamente pela aprovação do PL 6697/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Ministério Público da União. E, de acordo com as informações obtidas até o momento, também não temos a confirmação de que o Ministério do Planejamento vá incluir a previsão orçamentária do PCS do MPU na proposta da LOA de 2011.

No dia 29 de junho, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, acertou com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que aguardaria as definições referentes ao PCS do Judiciário para finalizar as negociações sobre o PL 6697/09. Ou seja, a revisão salarial dos servidores do MPU também depende de uma definição por parte do governo federal a respeito da previsão orçamentária.

Temos o conhecimento, ainda, que a direção do MPU já enviou ao Ministério do Planejamento a proposta prevendo a implantação de 50% do reajuste promovido pelo PL 6697/09 a partir do ano de 2011.

A Fenajufe informa, por fim, que, em todo o país, os servidores do Judiciário Federal e do MPU estão retomando o processo de mobilização. As manifestações visam a pressionar o Executivo a incluir a previsão dos Planos de Cargos e Salários no orçamento de 2011 e também garantir o apoio dos parlamentares à aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09."

**Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU - Fenajufe**